



Ofício nº 026/2022 GABDBIO/SEMA

Porto Alegre, 22 de dezembro de 2022.

À Sra Cláudia Sala de Pinho
Coordenadora da Rede Pantaneira de Povos e Comunidades Tradicionais
Conselheira no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

Assunto: Nota técnica Pecuarista Familiar

Prezada Claudia

Ao cumprimentá-la cordialmente, venho por meio deste encaminhar Nota Técnica elaborada por equipe do Departamento de Biodiversidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA) a fim de **contribuir com o processo de (auto)reconhecimento da identidade sociocultural dos Pecuaristas Familiares como comunidade tradicional dos campos nativos do Bioma Pampa.**

Na certeza de sua atenção e encaminhamentos internos possíveis, despeço-me respeitosamente.

Ficamos a disposição para esclarecimentos

Diego Melo Pereira
Diretor do Departamento de Biodiversidade
Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura



NOTA TÉCNICA

Na data de 16 de setembro de 2022, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA), por meio das analistas ambientais Luisa Lokschin e Joana Bassi, se fez presente no *III Encontro do Comitê Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa*, em Pelotas, RS. Na oportunidade, a equipe da SEMA apresentou para as comunidades e entidades presentes o Plano de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção da Campanha Sul e Serra do Sudeste (PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste) - sob coordenação da SEMA e o Plano de Ação Nacional de Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul), além de discutir outras demandas das comunidades.

A presente Nota Técnica reflete a demanda resultante do diálogo concebido na ocasião, envolvendo as comunidades e as representações institucionais¹, sobretudo na perspectiva de **contribuir com o processo de (auto)reconhecimento da identidade sociocultural dos Pecuaristas Familiares como comunidade tradicional dos campos nativos do pampa gaúcho.**

Dentre as **competências regimentais que inserem a SEMA na atuação que envolva Povos e Comunidades Tradicionais se incluem as de propor, coordenar e implementar programas e projetos relacionados à conservação e uso sustentável da biodiversidade, à valorização do conhecimento tradicional associado à biodiversidade, à gestão sustentável dos ecossistemas naturais e seus serviços prestados, além de proporcionar as condições ao desenvolvimento de atividades científicas, conservacionistas, educacionais, culturais, recreativas e turísticas e, mais recentemente, o enfrentamento às mudanças climáticas.**

Neste cenário, programas e projetos tem sido desenvolvidos pela SEMA na perspectiva de que **estes objetivos sejam alcançados**, considerando em suas metas específicas o intuito de fortalecer o entendimento do **papel da pecuária e do modo de vida do pecuarista familiar para conservação e uso sustentável do Pampa**, dos quais citamos:

- O Plano de Ação Territorial (PAT) na região Campanha Sul e Serra do Sudeste (reconhecido pela Portaria SEMA nº 123/21) que detém em sua matriz de planejamento ações relacionadas ao incentivo de estratégias de reconhecimento da pecuária em campo nativo como prática ambientalmente sustentável. O PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste foca na

¹ Além de integrantes do Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa estiveram presentes a SEMA/RS, o CNPCT, o Ministério Público Federal, a Fundação Luterana de Diaconia, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia, o Conselho de Missão entre Povos Indígenas



gestão territorial e na integração de estratégias já existentes de conservação da fauna e da flora, considerando as realidades locais e seus atores. Tem como objetivo melhorar o estado de conservação de espécies-alvo (ameaçadas de extinção e seus ambientes por meio da valorização e promoção de práticas sustentáveis e da participação social. O PAT parte do reconhecimento de que a conversão/supressão de ambientes campestres pela expansão da agricultura e a substituição da pecuária por monoculturas são os vetores de pressão de maior ameaça às espécies e ecossistemas na região. É nesta lógica que estabelece, como alternativa a ser impulsionada, a **promoção de boas práticas de manejo pecuário e o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, integrando comunidades locais, entidades governamentais e demais setores**².

- A matriz de ações do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG-RS) aprovada por meio da Portaria SEMA nº 162/2022. O PROVEG-RS tem o objetivo de contribuir para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e ampliar a cobertura de vegetação nativa no Estado do Rio Grande do Sul, através da promoção, integração e articulação de políticas públicas e ações indutoras da restauração de ambientes alterados e degradados, visando aumentar o estoque de carbono de modo a promover a sua neutralização. Na matriz de ações se inclui o apoio ao desenvolvimento de pesquisas em Unidades Demonstrativas de matriz campestre.

- A Rede Sul de Restauração Ecológica que foi criada para debater sobre a recuperação e conservação dos ecossistemas, destacar a importância da conservação de remanescentes de vegetação natural e incentivar estudos sobre restauração ecológica.

- O Programa Campos do Sul que se trata de um mecanismo de reconhecimento e certificação de propriedades com manejo e uso sustentável dos campos nativos. Objetiva garantir a conservação dos campos dos biomas Pampa e Mata Atlântica através do reconhecimento da atividade pecuária com base em boas práticas de manejo, garantindo a proteção dos serviços funcionais e ecossistêmicos dos ambientes campestres, bem como sua biodiversidade. Por meio de um certificado e de um selo vinculado, atesta que a prática de pecuária da propriedade rural preserva os ecossistemas campestres e sua biodiversidade associada, bem como adota princípios de bem estar dos animais.

² Informações detalhadas sobre o Plano de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção da Campanha Sul e Serra do Sudeste estão disponíveis em https://prospecies.eco.br/wp-content/uploads/2021/09/Sumario_Executivo_PAT_Campanha_Sul_e_Serra_do_Sudeste.pdf.



- A inclusão da certificação de conservação de campos nativos do Programa Campos do Sul no regulamento para reconhecimento da Carne Premium Gaúcha (Decreto Estadual nº 55.515/2020). Dentre os princípios de enquadramento dessa diferenciação dos produtos produzidos no Rio Grande do Sul estão a sustentabilidade ambiental, a rastreabilidade e a transparência, a eficiência do sistema produtivo por meio da tecnologia e o respeito da cultura gaúcha.

- As metas previstas no Decreto Estadual nº 56.347/2022, que dispõe sobre a adesão do Estado do Rio Grande Sul às campanhas "Race to Zero" e "Race to Resilience", no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima, nas quais está a diversificação das ações do Programa Campos do Sul com vista à conservação de áreas do Bioma Pampa com adoção de boas práticas ambientais e de manejo, em parceria com pequenos produtores rurais e universidades, sob a coordenação da SEMA.

- A assinatura SEMA da Carta de Intenções para criação de um programa estadual de trilhas, juntamente com a Secretaria Estadual de Turismo como ação de extrema importância para promover a educação ambiental por meio da interação das pessoas com a conservação dos ecossistemas. Dentre os parceiros institucionais promotores de trilhas já implantadas no bioma Pampa, está o roteiro Cassino-Barra do Chuí que percorre o trajeto da orla marítima, com informações sobre biodiversidade, faróis, paleontologia, naufrágios, aspectos socioculturais, históricos e turísticos deste trecho do litoral do extremo Sul do Brasil.

- A publicação do Decreto Estadual 55.640/2022 que institui o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA e estimula a proteção ambiental, contemplando atividades individuais ou coletivas que favorecem a conservação, proteção, recuperação e melhoria dos serviços ecossistêmicos, incluindo ações desenvolvidas no bioma Pampa.

- Os resultados colhidos nos projetos técnicos e científicos:

a) de conversão da Reposição Florestal Obrigatória para os casos que envolvam a implantação e manutenção de empreendimentos considerados de utilidade pública: <https://sema.rs.gov.br/banco-de-projetos-tecnicos-para-rfo-5c0670cf0dd6f>

b) contemplados nos editais do GEF Terrestre para o Estado do Rio Grande do Sul, componente 3 – Restauração de Áreas Degradadas;

c) da rede de colaboradores de instituições de pesquisa e universidades no âmbito do Programa INVASORAS RS, instituída em 2019;

d) da Divisão de Pesquisa e Manutenção das Coleções Científicas do Departamento de Biodiversidade;



e) do Programa RS BIOMONITORA.

- A adoção dos critérios da Lei Estadual nº 13.515/2010 que institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar para o reconhecimento do enquadramento legal do pecuarista familiar como de interesse social.

A identidade sociocultural e o modo de vida do pecuarista familiar é fundamental para conservação e uso sustentável do Bioma Pampa, reflexão que está amparada por um conjunto de instrumentos técnico-científicos³, em boa medida já internalizados em políticas públicas promovidas pelo Estado do RS, como as acima citadas. É sabido que o pecuarista familiar é, historicamente, **o principal agente indutor de conservação do Pampa, sendo a pecuária sobre campo nativo a única prática cultural e socioproductiva capaz de garantir a conservação do Bioma em escala.**

Em relação às políticas públicas, os pecuaristas familiares são aqueles que resistiram e se afastaram do processo de modernização da agricultura e das tecnologias dependentes de recursos externos. Não é incomum que se veja o modo de vida desses pecuaristas como atrasado frente aos processos de intensificação da agropecuária tradicional - modernizada e altamente mercantilizada (Ribeiro, 2009), no entanto, é justamente esse modo de se fazer pecuária sobre campo nativo que está contribuindo para a manutenção da integridade dos elementos da biodiversidade no bioma Pampa. Diante disto, é de fundamental importância que estabeleçam novas propostas que considerem a realidade descrita em termos de lógicas e estratégias dos pecuaristas familiares a fim de perpetuar esse modo de se fazer pecuária, no tempo, reconhecendo e valorizando seus hábitos e estratégias de desenvolvimento no rural.

Indo além: o Pampa somente é caracterizado como tal, em sua diversidade de fitofisionomias campestres e endemismos associados, pelo histórico de pastejo promovido pela atividade pecuária. Os campos pampeanos, afinal, constituem uma formação testemunha de um clima frio e seco de aproximadamente 10.000 anos. Com o aumento da temperatura e umidade desde os últimos 4.000 anos, ecossistemas florestais estão se expandindo sobre a vegetação campestre, de modo que a manutenção do campo nativo dá-se única e exclusivamente pelos distúrbios provocados pelo manejo pecuário. Sem a pecuária sobre o campo nativo, o Pampa, enquanto mosaico de fitofisionomias campestres e florestais, se extingue.

Neste momento, a SEMA soma esforços junto à demanda histórica, já documentada por outras entidades e, principalmente, pelos próprios pecuaristas

³ Os mesmos estão mencionados nas referências finais.



familiares, em carta encaminhada no ano de 2016 ao CNPCT: *“Os pecuaristas familiares se identificam como Comunidades Tradicionais, pois expressam sua cultura cotidianamente, através do modo de vida, de um conjunto de ofícios, de formas próprias de organização e por meio da ocupação, uso e conservação de recursos naturais, em especial de ecossistemas campestres – orientando-se por conhecimentos tradicionais que são transmitidos através de gerações”.*

A atividade dos pecuaristas familiares é uma aliada da conservação da biodiversidade do Pampa, reconhecida nas políticas públicas já estabelecidas pela SEMA e outras ainda em construção. Valorizamos o diálogo com essas comunidades e, como acordado na reunião de setembro, emitimos a presente Nota Técnica, contribuindo com elementos ambientais técnico-científicos para o reconhecimento dos pecuaristas familiares do Bioma Pampa como Comunidade Tradicional. Ratificamos, portanto, a conclusão do Ministério Público Federal (Laudo Pericial nº938/2020), o qual reconhece que *“o pecuarista familiar mantém com o ambiente uma relação simbiótica que necessariamente conduz à conservação do bioma”.*

Atenciosamente,

Biól. Ma. Joana Braun Bassi
Analista ambiental da Divisão de Flora
Departamento de Biodiversidade

Biól. Ma. Luisa Xavier Lokschin
Analista ambiental da Divisão de
Unidades de Conservação
Departamento de Biodiversidade
Coordenação Executiva PAT Campanha Sul
e Serra do Sudeste

Biól. Me. Dennis Nogarolli Patrocínio
Analista ambiental
Departamento de Biodiversidade

Biól. Dr Jan Felix Karel Mahler Jr
Analista Biólogo da Divisão de Pesquisa
e Manutenção de Coleções Científicas
Departamento de Biodiversidade
Coordenação Executiva PAT Campanha Sul
e Serra do Sudeste

Biól. Dr. Leonardo Marques Urruth
Analista ambiental - Divisão de Flora
Departamento de Biodiversidade
Coordenador Geral do PAT Campanha Sul e

Eng. Agr. Me. Diego Melo Pereira
Diretor do Departamento de
Biodiversidade



Serra do Sudeste

Referências usadas:

Bencke, G. 2016. Biodiversidade. In: Nosso Pampa desconhecido. Bencke, G. e Chomenko, L. (org.). Porto Alegre. p. 60-75, 211 p.

Capoane, V. e Kuplich, T. M, 2018. Expansão da agricultura no bioma Pampa. In: 8º Reunião de Estudos Ambientais (REA), Porto Alegre (RS), p. 1-9.

CBD (Convention on Biological Biodiversity). Strategic Plan for Biodiversity 2011–2020 and the Aichi Targets. Disponível em: <https://www.cbd.int/sp/>. 2020.

IBGE, 2020. Contas de ecossistemas: o uso da terra nos biomas brasileiros: 2000-2018. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro. 101 p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101753.pdf>.

Laudo Pericial nº 938/2020/Sppea. Verificar se a presença de pecuaristas familiares na área de influência do empreendimento minerador Fosfato Três Estradas, em Lavras do Sul/RS, pode ser caracterizada como de comunidade tradicional, nos termos do Decreto nº 6.040/2007. Ministério Público Federal, 2020.

LEI Nº 13.515, DE 13 DE SETEMBRO DE 2010 (publicada no DOE nº 175, de 14 de setembro de 2010) - Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar e dá outras providências.

Mazurana, J. Evangelista, D.J.; Laureano, L.C. Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

Overbeck, G.E., Müller S.C., Fidelis A., Pfadenhauer J., Pillar V.D.P, Blanco C.C., Boldrini I.I., Both R. & Forneck E.D. 2007. Brazil's neglected biome: The South Brazilian Campos. Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics 9: 101-116.

Pacheco, A.A; Neves, A.C.O.; e Fernandes, G. W. Uneven conservation efforts compromise Brazil to meet the Target 11 of Convention On Biological Diversity. Perspectives in ecology and conservation 16 (2018) 43-48.

Patrocínio, D. 2015. O povo do Pampa: uma história de vida em meio aos campos nativos do Bioma Pampa. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, UFRGS.187 p.

Pillar, V.D. & Lange, O. 2015. Os Campos do Sul. Rede Campos Sulinos, Porto Alegre. DOI: 10.13140/RG.2.1.3873.3922.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

PORTARIA SEMA nº 123 de 24 DE JUNHO DE 2021 (publicada no DOE nº 168, de 19 de agosto de 2021) - Aprova o Plano de Ação Territorial para a conservação de espécies ameaçadas de extinção da Campanha Sul e Serra do Sudeste - PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste estabelecendo seus objetivos específicos, prazos de execução, formas de implementação, supervisão, revisão, o Grupo de Assessoramento Técnico e Grupo de Apoio Consultivo.

Rede Campos Sulinos, 2020. A Agonia do Pampa: um panorama atual sobre a supressão da vegetação nativa campestre. Contribuição de pesquisadores da Rede Campos Sulinos. 19 p.

Ribeiro, C. M. 2009. Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural, UFRGS. 300 p.